



GÊNERO, MATERNIDADE E VIOLÊNCIA EM “QUANTOS FILHOS NATALINA TEVE?”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Silvana Alves dos Santos (PPGEL/UFMT) – silvanaas1977@gmail.com
Jozanes Assunção Nunes (PPGEL/UFMT) - jozanesnunes@ufmt.br
GT 15 – Relações Raciais e Educação

Resumo:

Este artigo tem por objetivo realizar uma breve análise, crítico-reflexiva da narrativa *Quantos filhos Natalina teve?* que compõe o livro de contos *Olhos d'água* (2016), da escritora Conceição Evaristo. Buscamos destacar, a partir da obra ficcional, como a escritora transpõe para a literatura diferentes contextos de violência a que está submetida sua protagonista, a exemplo a questão do abuso sexual, a maternidade indesejada, o aborto, as desigualdades e discriminações que acometem, em grande medida, as mulheres que habitam as periferias e as grandes favelas brasileiras. Será evidenciado ainda, a estratégia utilizada pela autora para delatar e contestar constructos sociais e percepções essencialistas em torno do corpo e da maternidade, que resultam em frentes violentas para as mulheres. O resultado do estudo revela que Conceição Evaristo difunde um posicionamento crítico e suas contribuições sociais são valorosas, posto que aborda e problematiza temas, que deixam, ainda mais evidente, os ranços patriarcais, a misoginia, o racismo e os preconceitos arraigados culturalmente. Ao espelhar essa realidade, a escritora ratifica que as mulheres, negras, continuam sendo reféns de uma sociedade que as desvalorizam e as sujeitam as piores condições de vida.

Palavras-chave: Conceição Evaristo. Literatura Afro-brasileira. Gênero, maternidade e violência.

1 Introdução

*O meu texto é um lugar onde as mulheres se sentem em casa.
Conceição Evaristo.*

A epígrafe acima é capaz de sintetizar bem o vigoroso processo de identificação que aproxima a vida das mulheres negras brasileiras, com as obras, as personagens e a própria história de vida da combativa Conceição Evaristo. É certo que nem todas as mulheres negras conseguiram, até hoje, emergir socialmente, conquistar um espaço de poder e projeção social, como o fez Evaristo, depois de muito penar, neste país tão desigual e racista. Porém, é possível afirmar, que ela se configura um ícone de luta, de resistência, de esperança e deixa um rastro, ainda que fino e tortuoso de possibilidade de quebrar um histórico de marginalização, de tripla opressão que insiste perseguir as mulheres não brancas desde o período colonial.

Nascida em Belo Horizonte, no ano de 1946, oriunda de família grande, (ela é a segunda de nove irmãos), de poucas posses, ainda muito cedo, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro na década de 1970, em busca de melhores condições de vida. Graduiu-se em Letras pela UFRJ, trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense e da rede privada de ensino superior. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense. Na época atual, ela é referência no que diz respeito ao uso da arte como instrumento de luta contra o racismo e o machismo que se encontram alastrado por toda sociedade e na literatura brasileira.

A escritora abriga em si um gosto ancestral pelo ouvir e contar história, herdada de sua mãe e de uma tia muito estimada, sobretudo contar história acerca da vivência da mulher negra na sociedade brasileira. Essa situação, Conceição Evaristo define como *escrevivência*, que na percepção da escritora, quer dizer a escrita que brota do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo. Assim, escrever significa contar histórias integralmente particulares, mas que dialogam de diversas formas com outras experiências coletivizadas, compreendendo que existe uma vivência em comum, ainda que perpassadas por distintas realidades, que liga a autora e os protagonistas de suas narrativas (SILVA e CARDOSO, 2021).

Tais posicionamentos podem ser especialmente percebidos na obra *Olhos d'água* (2016), vencedora do prêmio Jabuti, na categoria contos em 2015. O livro é constituído por 15 arreatadores e comoventes contos, que abrigam a marca identitária feminina atravessada, quase sempre, por questões de gênero, raça e classe social. As obras de Conceição Evaristo e, principalmente sua *escrevivência*, não nos deixam esquecer que a luta da mulher negra, não perpassa somente por sua capacidade de superar as desigualdades geradas pela hegemonia masculina, mas exige, ainda a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. Racismo esse que não só institui uma inferioridade social dos segmentos negros da população em geral, mas principalmente das mulheres negras.

As características da escrita Evaristiana aqui transcritas justificam nossa escolha, motivada pela indispensabilidade em delinear e problematizar aspectos significativos que envolvem a representação da figura da mulher negra na literatura afro-brasileira, bem como os dilemas que contornam suas experiências em uma sociedade marcada pelo preconceito, machismo e racismo. Neste estudo, nos deteremos em analisar apenas alguns excertos do conto *Quantos filhos Natalina teve?* Buscamos destacar, a partir da obra ficcional como a escritora discorre sobre a maternidade indesejada e as profusas formas de violência a que está

submetida sua protagonista, a exemplo a questão do abuso sexual, o aborto, as desigualdades e discriminações que tão costumeiramente acometem as mulheres negras.

2 Aporte teórico e metodológico

Amplamente debatida e alvo de opiniões bastante divergente com relação a seu status de definição, as terminologias “literatura afro-brasileira”, “afrodescendente” ou “literatura negra”, encontram no plano científico inúmeras resistências, observações e até mesmo, crítica com relação as características traçadas por diferentes estudiosos¹ para definir, compreender e debater esse insurgente e perturbador fenômeno, cujo o propósito é oferecer um suplemento de sentido oposto aos conceitos enunciados na literatura hegemônica. Há quem agasalha a ideia de que o uso dessas terminologias é simplista, rotulam e limitam o trabalho dos escritores. Outros, no entanto, defendem que o uso dessas expressões ajuda a colocar em destaque a histórica exclusão de outras experiências de vida não reportadas na literário tradicional. (DUARTE, 2011).

Neste estudo, acolheremos a expressão literatura afro-brasileira, visto que o próprio termo, a nosso ver, remete a uma concepção mais pluralista, que engloba o tão famigerado processo de mestiçagem cultural, as distintas formas de uso da língua e a questão da religiosidade que marcam a histórica relação do povo brasileiro. Assim, ao nos reportamos a esse viés literário, podemos lançar mão de alguns critérios para definir e caracterizar essa produção, entre eles, inscrevem-se a voz autoral afrodescendente, seja ela manifesta ou subtendida; temas e construções linguísticas assinadas por uma afro-brasilidade; uma proposta de viabilidade discursiva, visando o universo recepcional e, acima de tudo, um ponto de vista político e culturalmente amarrado as questões afrodescendentes (DUARTE, 2011).

À luz dessas observações, a literatura afro-brasileira tem por ambição preencher uma avantajada lacuna na literatura tradicional, assumindo, então, como principal característica a presença de um eu lírico que rejeita uma identidade distorcidamente atribuída a ele, e encampa o desafio de escrever a sua própria História e de se auto representar. As produções, em maior parte, são edificadas com a intenção promover um contradiscurso ao cânone literário, edificado a partir de uma perspectiva branca, heterossexual e de classe média, que por sua vez, evidenciam uma visão encharcada de estereótipos, que vão se perpetuando

¹ CUTI, (2010); DAMASCENO, (1988); DUARTE, (2013); PROENÇA FILHO, (2004).

enquanto referências históricas, estabelecendo-se hegemonicamente e violentando, até hoje, as raízes da negritude.

O contexto acima, além de não contemplar a complexidade dos sujeitos negros, acabam por deformar socialmente a imagem e as experiências de vida desse seguimento populacional. Assim, no fulcro dessa batalha, percebe-se, que há um problema latente de representatividade², haja vista, que as representações que vigoram nos manuais canônicos, não contemplam o emaranhado de perspectivas sociais existentes. A questão das perspectivas sociais, aqui é entendida como os múltiplos modos de ser, de perceber e de existir no mundo. Falamos também das variadas experiências culturais que povoam e constituem a nação brasileira.

Segundo Dalcastagnè (2011, p. 16), o infortúnio da representação “não se resume à honestidade na busca pelo olhar do outro ou ao respeito por suas peculiaridades. Está em questão a diversidade de percepções do mundo, que depende do acesso à voz e não é suprida pela boa vontade daqueles que monopolizam os lugares de fala.” Por esta linha, torna-se desnecessário dizer, que tal contexto, resulta em invisibilidade e uma extensiva exclusão, onde todos aqueles que sobrevivem à margem da sociedade também são suprimidos da literatura, sob o vil pretexto de que não sabem ou são incapazes de produzir com qualidade (DALCASTAGNÈ, 2011).

No entanto, eles são incapazes de produzir literatura exatamente porque a definição de “literatura” exclui suas formas de expressão. Ou seja, a definição dominante de literatura circunscreve um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros. (DALCASTAGNÈ, 2011, p. 17).

É possível compreender, portanto, que, ao se instituir um discurso, “é comum que a legitimação se dê a partir da justificativa do maior esclarecimento, maior competência, e até maior eficácia social por parte daquele que fala” (DALCASTAGNÈ 2014, p. 16). Ao outro, nesse caso, a literatura produzida a margem, resta apenas silenciar-se, já que ao entendimento dessa cultura que reina e impõe regras, o diferente não importa, não tem vez, tampouco valor. Trata-se de um processo culturalmente arraigado e “crucial dos estudos literários, mas que agora é lido com maior consciência de suas ressonâncias políticas e sociais” (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 16).

² Referenciando Iris Marion Young (2000, p. 136), Dalcastagnè (2014, p. 290), defende que o conceito de “perspectiva social” reflete o fato de que “pessoas posicionadas diferentemente [na sociedade] possuem experiência, história e conhecimento social diferentes, derivados desta posição”. Assim, negros e brancos, mulheres e homens, trabalhadores e patrões, velhos e moços, moradores do campo e da cidade, homossexuais e heterossexuais vão ver e expressar o mundo de maneiras diversas.

Em contrapartida a essa realidade, a literatura afro-brasileira busca “nas representações da cidade, aquilo que não se quer ali, aqueles que habitam seus desvios, que ameaçam seus muros, os que foram jogados, desde sempre, para o lado de fora”. (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 290). Para esta estudiosa, reunir todos esses indivíduos “nas páginas de um livro é um gesto político que exige alguns ajustes estéticos, até porque essas personagens, como já foi dito, não costumam frequentar nossa literatura como protagonistas” (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 296). Também, raramente costumam estar na privilegiada posição de escritores.

Em síntese, a literatura afro-brasileira é elaborada por grupos minorizados, pessoas expurgadas de uma sociedade que, embora construída com o trabalho escravo, não os absorveu como cidadãos. Essas produções, em regra, dão contornos bem delineados às questões específicas da realidade do negro brasileiro. As obras ressoam os elementos contestatórios da opressão, a se mostra como aquela que pretende trazer à tona “a produção de pessoas que, embora segregadas por preconceitos relativos à cor da pele ou à pobreza em que vivem, começam a exigir, com atitudes mais concretas, maior visibilidade na sociedade brasileira” (FONSECA, 2006, p. 29).

Compreendemos, portanto, a importância da literatura afro-brasileira, como instrumento de combate a uma estrutura social que, através da reprodução de argumentos racistas e esvaziados de subjetividade, exclui e silencia a população negra. Mesmo diante de um contexto tão desfavorável, que reveste de estigmas e desvaloriza a população negra e desfavorece suas produções, essa proposta literária, move-se por uma força descomunal, dribla todas as adversidades. Por intermédio de pequenas brechas, institui uma experiência e um modelo de escrita engajada e comprometida socialmente em desmontar um modelo social que privilegia poucos, segrega e marginaliza muitos. Dessa forma, esse viés literário incorpora a diversidade e avança na questão da representatividade e da presença do negro e da negra no cenário nacional.

3 Análise do *corpus*

O tempo e as manobras sociais cautelosamente delineadas pelo direito, pela igreja, pelo olhar masculino e, às vezes, reforçado também por concepções femininas, injetou no imaginário social a ideia de filhos como destino natural de toda mulher. Tal crença, produziu a perspectiva de que a maternidade é o caminho da plenitude e realização da feminilidade. Trilhar esse caminho, determinado biologicamente, em muitos casos, implica ter uma vida de renúncia e sacrifícios prazerosos e indispensáveis à constituição da identidade feminina. As

teorias feministas tentam há décadas invalidar esse estereótipo e as reflexões elaboradas por esses estudos, possibilitaram abordar a maternidade em suas múltiplas facetas. Tal aspecto pode ser visto tanto como uma ocorrência “de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo” (SCAVONE, 2001, p. 142).

Dentro dessa perspectiva de maternidade, passou a ser entendida “como um símbolo construído histórico, cultural e politicamente resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro (SCAVONE, 2001, p. 142). A consciência desse fato, implicou em mudanças na vida privada, na intimidade e na dinâmica das relações afetivo-sexuais. Mas, apesar de toda essa reviravolta, ainda hoje, as mulheres que enxergam na maternidade mais dificuldades que benefícios e rejeitam o status mãe, causam estranhamento e costumam ser alvo de reprovações e preconceitos. Entretanto, esse mesmo construto social abona a conduta de homens que mesmo sendo pais, se recusam a cumprir tal papel e abandonam filhos. Esses traços sociais, atestam que “a dimensão da orientação sexual na sociedade patriarcal, engendra opressões particulares” (CISNE, 2014, p. 30).

Neste sentido, as análises aqui desafiadas se mostram relevantes, haja vista que o ponto de vista externando na narrativa descortina uma outra maneira de perceber a maternidade, bastante contrária aquele padrão secularmente imposto e aceito como correto em relação as aspirações, desejos e expectativas que perfazem as experiências femininas. Conceição Evaristo, sem desconsiderar que o racismo e o sexismo imprimem marcas diferenciadas no exercício dos direitos femininos, nos apresenta uma protagonista, que mesmo muito jovem, e com pouca instrução escolar, se revela forte, ousada, corajosa e disposta a pagar o preço que a sociedade cobra de uma mulher que decide viver de acordo com suas próprias ideias e valores.

Assim, nas próximas linhas descobriremos *Quantos filhos Natalina teve?* E todas a agruras que uma menina negra, pobre, que experiencia, sem planejamento, quatro turbulentas gestações atravessa. O Conto é narrado em terceira pessoa e protagonizado por Natalina, sendo que os meandros que envolvem a personagem, são pormenorizados por intermédio de vários flashbacks. As primeiras linhas do texto, deixa o leitor inteirado de que primeira gravidez foi acidental, ocorreu ainda na adolescência, fruto das “brincadeiras” com Bilico. Natalina, ao se dar conta de sua prenhez, se desespera e realiza diversas tentativas caseiras de aborto e sem lograr êxito, decide recorrer a sua mãe e nesta figura encontra conforto e apoio.

A mãe, não nomeada na narrativa, ao se inteirar do ocorrido perguntou, a menina “se ela queria o filho e se Bilico queria também. Ela não sabia responder por ele. Sabia, porém, que ela não queria. Que a mãe a perdoasse, não batesse nela, não contasse nada para o pai” (EVARISTO, 2016, p. 44).

Diante da recusa de Natalina em prosseguir com a gravidez, a mãe passa preparar os chás e dar para a filha, entretanto o recurso utilizado não lhes dá o resultado esperado. A mãe também se mostra preocupada, afinal, “o que iria fazer quando o filho da menina nascesse? Já tinha na casa tanta gente, ela, marido e sete crianças” (EVARISTO, 2016, p. 44). Resolve então, levar a filha a casa da senhora Sá Praxedes. Ela tinha em mente que a “velha parteira cobraria um pouco, mas ficariam livres de tudo (EVARISTO, 2016, p. 44).

A mãe ao comunicar a decisão a filha, a menina de apenas 14 anos se desalenta, pois nutria, em si, uma certa ojeriza por Sá Praxedes, devido à má fama que esta senhora possuía por toda a favela. Natalina, decide, então, fugir para longe e passa a viver na companhia de outros moradores de rua. O tempo corre, a menina não encontra meios para realizar o aborto. Contrariada prossegue com a gravidez e tem o filho. Na maternidade, logo após o parto, Natalina doa a criança a uma das enfermeiras que lhe assistiu, em seguida, “a menina-mãe saiu leve e vazia do hospital! E era como se ela tivesse ganhado uma boneca que não desejasse e cedesse o brinquedo para alguém que quisesse” (Evaristo, 20216, p. 45,46).

Esse episódio vivenciado pela protagonista é narrado com sensibilidade e empatia. A autora deixa entrever que a maternidade necessita ser uma escolha da mulher que, não se deve cobrar filhos daquelas que não querem ou não podem, por diversas razões, tê-los. Que o desejo de ser mãe, tão cultuado socialmente é uma criação histórica e social, construção que provém prejuízos e sofrimento para as mulheres e para os próprios filhos, pois não podemos esquecer que o nascimento indesejado de uma criança, a sujeita a rejeição, ao abandono e vulneráveis a maus tratos e até a morte. E que fique claro, que não podemos descarregar o peso desses acontecimentos sobre a mulher, pois esta, assim, como os filhos indesejados, são vítimas de padrões culturalmente estabelecidos (BIROLI, 2018).

Evaristo, expõe ainda, a questão da iniciação sexual precoce, a gravidez na adolescência decorrente da falta de orientação adequada no seio familiar, da ausência de políticas públicas, e de campanhas eficazes por parte do Estado para amenizar um grave problema de saúde pública, que historicamente tem acometido, em maior proporção, as meninas negras de baixa

renda³. Realça também, a inocência da “menina-mãe” e a ausência de condições por parte da garota para assumir papéis sociais tão prematuros, como o árduo ofício da maternidade.

Outro dilemático fato realçado por Evaristo é a questão do aborto. Devido à sua criminalização e a falta de recursos financeiros, “muitas vezes é praticado de forma precária iniciado por um regime de chás, líquidos e ervas combinado com cytotec vaginal e oral” (DINIZ; MEDEIROS, 2012, p. 1674). Segundo esses estudiosos do assunto, as mulheres que mais fazem usam dessas substâncias para abortar, são jovens e em sua maioria negras. O procedimento, na maioria dos casos, requer a finalização em um hospital, o que nem sempre é alcançado por essas mulheres. Esse fato, faz com que o aborto clandestino esteja entre as principais causas de mortalidade materna no país.

Para Elisabeth Meloni Vieira (2010, p. 104), o aborto além de ser um grave problema de Saúde Pública é também um problema para a Saúde Pública, “já que os custos financeiros, sociais, emocionais e físicos de 250 mil internações hospitalares anuais de mulheres poderiam ser evitados ou ao menos minimizados se a prevenção da gravidez indesejada estivesse acessível a todos.” Outro ponto destacado nos estudos da pesquisadora é que, ser de região urbana, pertencer a extratos sociais mais baixos e não ser de cor branca são fatores que aumentam o risco para o aborto clandestino. Isso revela as características “do perfil de mulheres que devem ser mais atingidas por programas preventivos” (VIEIRA, 2010, p. 104).

Perquirindo a narrativa descobrimos que a segunda gravidez de natalina também ocorre de forma indesejada. A esta altura, ela, a protagonista, já conhecia alguns métodos contraceptivos e nunca se “descuidava”. Apesar de tais cuidados, acaba engravidando de Tonho, um operário da construção civil que conhecerá pouco tempo depois de dar à luz ao primeiro filho. De acordo com a narrativa “ela não ia contar nada para Tonho, mas o rapaz desconfiou” (EVARISTO, 2016, p. 46). Ao confirmar a gravidez Tonho, se alegra e passa a fazer planos de formar uma família ao lado da companheira.

Entretanto, Natalina, não desejava o mesmo, “ela não queria ficar com ninguém. Não desejava família alguma. Não queria o filho. Quando Toinzinho nasceu, ela e Tonho conversaram, acertaram tudo, ela teria o filho, entregaria ao companheiro para criá-lo, não ficariam juntos. Ela gostava dele, mas não queria ficar morando com ele.” (EVARISTO, 2016, p. 46). Logo que Natalina dá a luz, Tonho volta com o bebê para sua terra, infeliz e

³ LISBOA, Vinícius. Número de mães jovens cai, mas permanece maior entre mulheres negras. [2014].

Disponível em:

<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-10/numero-de-jovens-com-filho-cai-mas-permanece-maior>.

Acesso em 23 de maio de 2021.

inconformado com a atitude da ex-companheira. Afinal pensava ele que ter um lar, um esposo e filhos, era o “que ele julgava ser o modo de uma mulher ser feliz” (EVARISTO, 2016, p. 46).

Os fragmentos acima, exalam o conservadorismo, o machismo e todos mitos e estereótipos que o acompanham e que marcam as experiências de vida em sociedade. Estes fenômenos têm muitas facetas, mas todas elas impõem as mulheres um padrão rigoroso de comportamento, um regime de servidão, de observação e acolhimento aos caprichos e desejos masculinos. A postura da protagonista rompe com esse estatuto ao defender o seu direito de viver para além dos padrões impostos e abala emocionalmente, Tonho, assim como grande parte dos homens, vive comodamente instalado na supremacia e nos privilégios que o patriarcado sempre lhe concedeu (SAFFIOTI, 2015).

Tonho regurgita a ideia conservadora herdada de uma realidade social, que condena, subjuga e puni com muito rigor mulheres que pensam como Natalina. O machismo, aparentemente incurável e incapaz de compreender que mulheres querem, podem e devem almejar muito mais do que historicamente sempre foi minuciosamente planejado e reservado a elas. E faz com que Tonho, acredite que natalina deveria resignar-se, que toda sua atenção, amor e cuidado deveria ser direcionado a ele e ao filho que acabara de nascer, ou seja, ela deveria recusar veemente o direito de ser ela mesma, de fazer valer sua vontade e se contentar com a ambiente e os limites do lar, com a vida que Tonho desenhou para ela.

Esse posicionamento de Tonho, externado pela narradora, nos leva a refletir sobre a discrepante e histórica desigualdade de oportunidades que acompanham homens e mulheres e os papéis pré-definidos socialmente. Revela ainda, o quanto os valores patriarcais, os estereótipos machistas atuam no sentido de beneficiar padrões homogêneos de pessoas, e de prejudicar grupos minoritários e heterogêneas, como é o caso das mulheres. Mas a postura de Natalina, demonstra que há mulheres que recusam essa “socialização para o sofrer” e ensaiam outros movimentos, mais acertados a sua realização pessoal” (SAFFIOTI, 2015, p. 24); (CARNEIRO, 2003).

Tonho, diante da negativa de Natalina a todas essas crenças, demonstra-se envergonhado e mergulhado na confusão interior, nas dúvidas e nas incertezas e talvez, naquele momento “não se sinta um homem de verdade”. Essa realidade, ratifica que as convicções machistas, embora, confirmemos que o peso delas recaiam inquestionavelmente sobre as mulheres, afetam também os homens e são prejudiciais as relações, pois causam

desajustes na em vida em sociedade. Considerando que provém desses pensamentos e comportamentos inúmeras situações de agressões e mortes em desfavor das mulheres (SAFFIOTI, 2015).

Avançando nas análises, identificamos que a terceira gravidez de natalina também não fora planejada, ocorre para satisfazer o desejo do casal estéreo para quem ela trabalhava na condição de empregada doméstica. A ideia de usar o corpo de natalina para lhes conceber um filho, ocorre durante uma viagem realizada pelos patrões, vejamos: “mulher queria um filho e não consegue. Estava desesperada envergonhada por isso. Ela e o marido já haviam conversado. Era só a empregada fazer um filho para o patrão” (EVARISTO, 2016, p. 47).

Natalina não foi obrigada, mas a recusa em atender os “apelos” do casal, certamente incorreriam numa possível demissão, além do mais ela se sentia em dívida com o casal pelo tratamento e pela confiança que os patrões depositavam nela, e por isso acreditava que deveria ceder a vontade dos dois, ela “gostava de trabalhar ali. Era tudo muito tranquilo, ficava sozinha tomando conta do apartamento. [...] A casa parecia ser só dela” (EVARISTO, 2016, p. 47). A posição social, ocupada por natalina suscitam algumas questões para se discutir a submissão da personagem na narrativa. Segundo Duarte (2020), não é possível debater sobre as condições dessas mulheres sem relacioná-las ao racismo enraizado na sociedade.

Diante do contexto escravocrata do país, é coerente associar as antigas relações de poder com o patriarcado. Sendo a camada mais oprimida em um quadro social, o papel da mulher preta escravizada foi invisibilizado de muitas maneiras: em suas lutas, resistências e desempenhos. Hoje, 132 anos após o fim da escravidão no Brasil, pouca coisa mudou. De fato, o trabalho doméstico é um a continuação dos parâmetros escravagistas dentro da elite brasileira (DUARTE, 2020, p. 77).

As ideias defendidas por Duarte (2020) concatenam com a compreensão de Stoll (2019), ao sustentar que em nosso país, “a configuração do trabalho das empregadas domésticas acaba replicando a história da escravidão, com abusos de autoridade, salários baixos, não regulamentação e assédio sexual por parte dos patrões” (STOLL, 2019, p.04). Ainda há preconceitos que se perpetuam “até mesmo na arquitetura das edificações, como a separação em elevadores “social” e “de serviço”, assim como a configuração do cômodo “dependência de empregada”, normalmente sem iluminação e ventilação natural, remetendo à senzala (STOLL, 2019, p.04). É muito costumeiro, por parte dos empregadores solicitar das empregadas domésticas que não utilizem mesmas louças e talheres que os patrões, que não comam da mesma comida preparada para eles e que não façam as refeições no mesmo espaço.

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado em (2019), ratifica as informações contidas nos estudos de Duarte (2020) e Stoll (2019), a pesquisa

conclui que o trabalho doméstico remunerado ainda é caracterizado por uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação, assédio sexual e moral, ocasionando as maiores taxas de adoecimento mental. E é esse trabalho doméstico que, transposto ao espaço do mercado, ocupa um contingente muito expressivo de mulheres, particularmente negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias pobres, constituindo-se no maior grupamento profissional para as mulheres brasileiras em pleno século XXI.

Isso demonstra o quanto a sociedade brasileira é perversa com suas empregadas domésticas, as relegando a situações de exploração e fragilidade, quase sempre mal remuneradas, mal alimentadas constrangidas, violentadas socialmente e limitadas no seu direito de ir e vir. Tal fator contribuiu para que grande parte delas, assim como no caso Natalina, se vejam obrigadas a sucumbir aos caprichos mais desumanos dos patrões, na tentativa de garantir a permanência no emprego, colocando de lado não apenas a própria dignidade, mas também a saúde física e psicológica. Tal contexto, comprova que essas trabalhadoras não são vistas como “seres dignos de direitos, mas, sim, como bens semoventes, isto é, uma coisa que tem em sua natureza a locomoção, mas pertence a outrem” (DUARTE, 2020, p. 79).

Por fim, a quarta gravidez de natalina, foi a mais indesejada de todas, proveniente de uma realidade ainda mais perturbadora, cruel e desumana que vitima mulheres de todas as idades, a violência sexual. Ao evocar uma problemática tão espinhosa quanto o estupro, Evaristo (2016) não se esquivava da responsabilidade de deixar evidente que as consequências para as vítimas são severas e devastadoras, como se observa no excerto retirado da obra:

O homem desceu do carro puxou a violentamente e jogou-a no chão; depois desanimou suas mãos e ordenou que lhe fizesse carinho. Natalina, entre o ódio e o pavor, obedecia a tudo. Na hora, quase na hora do gozo, o homem arrancou a venda dos olhos dela. Ela tremia, seu corpo, sua cabeça estavam como se fossem arrebentar de dor. A noite escura, não permitia que visasse o rosto do homem. Ele gozou feito cavalo enfurecido em cima dela. (EVARISTO, 2016, p. 50).

O excerto acima, evidencia a monstruosidade do agressor que percebe o corpo de natalina como sua propriedade e que sendo assim, está no seu direito de fazer o que lhe convier. De acordo com a pesquisa de Santos (2008), o uso da força nas relações humanas tem por objetivo reforçar a superioridade homem em detrimento da sujeição da mulher. “A intenção ao estuprar uma mulher é, portanto, a imposição de poder e controle sobre o corpo da vítima, o qual conjectura como um objeto de dominação” (SANTOS, 2008, p. 64).

Virginie Despentes, ao teorizar sobre o assunto na obra Teoria king kong: uma reflexão crítica sobre sexo e violência, publicada em (2016), afirma que a sexualidade masculina

sempre foi vista e aceita socialmente como irracional, que homens naturalmente são dotados de uma virilidade incontrolável, enervada, “e o estupro serve como meio para afirmar essa constatação: o desejo do homem é mais forte do que ele, o homem não pode dominá-lo” (DESPENTES, 2016, p. 42). Nessa propositura, os estupradores, não se percebem violentos, encaram o ato como algo natural, um direito concedido pelo patriarcado.

Explica a autora, que esse comportamento embora, brutal e desumano, não provém de pulsões biológicas, deriva de aspectos sociais e culturais e que são argumentos como esses, alinhavados acima, que contribuem para que a cultura do estupro permaneça operando de maneira tão eficaz, por um lado, inculcando nos homens a crença de que o seu desejo sexual deve ser priorizado mesmo diante da oposição da mulher. Por outro lado, reforça concepções, já tão enraizadas de que as mulheres são obrigadas a ceder aos caprichos masculinos, que devem sempre estar disponíveis para serem “consumidas” pelos homens quando a assim desejarem.

Não se pode deixar de acrescentar que Natalina não deixa impuni a violência que sofre. Consciente que não poderá contar com os aparatos estatais para punir o agressor, a protagonista, se vale de um descuido do seu algoz e faz justiça com as próprias mãos, atirando e matando aquele que atentou contra seu bem maior: seu corpo e sua dignidade. Ao sair do local, onde fora violentada, Natalina não vai sozinha, leva consigo “um filho, concebido nos frágeis limites da vida e da morte” (EVARISTO, 2016, p. 50). Não se sabe, o porquê, mas mesmo sendo fruto de um estupro, essa quarta gravidez, surpreendentemente, fez brotar em Natalina o desejo de ser mãe e a narradora finaliza o conto, com palavras que sinalizam o contentamento da protagonista com a gestação e com a espera pelo filho que não terá que dividir com ninguém.

Neste último intrigante episódio que envolve natalina, denota-se que há em Conceição Evaristo a pretensão de delatar a ambiência suportada pelas mães negras e a maternidade proveniente de estupro, uma atrocidade histórica umbilicalmente ligada ao período colonial, como endossa Hooks (1981, p.40): “a desvalorização da natureza feminina negra ocorreu como resultado da exploração sexual das mulheres negras durante o período da escravatura que não foi alterado no decurso de centenas de anos.” Assegura Davis (2016), que foi a partir da escravidão que o racismo encontrou forças em sua habilidade de encorajar a coerção sexual, desde então, as mulheres negras são vítimas desses ataques e de várias outras brutalidades.

Complementa Davis (2016), que os homens brancos eram convictos de que podiam cometer abuso sexuais contra as mulheres negras e ficar impune, ao passo que essa mesma conduta, cometida contra às mulheres caucasianas não ficava ileso. Isso porque, aos olhos de seus proprietários, as negras não eram realmente mães; “eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escravo. Elas eram “reprodutoras” – animais, cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de multiplicar. (DAVIS, 2016, p.25-26). Assim, torna-se desnecessário dizer que seus corpos eram duplamente violentados, primeiro para satisfazer as taras do senhor, depois para render-lhes lucros através da procriação, uma vez que os filhos provenientes da violência sexual que as negras sofriam eram comercializados como produtos.

Essas informações são importantes, para esclarecermos que a miscigenação não deve ser motivo de orgulho para nenhuma de nós, brasileiros, em razão de ser fruto de estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras. E que todas as tentativas realizadas até o momento para romantizar esse processo só tem servido para escamotear a violência e cobrir uma monstruosidade que ainda se presentifica na sociedade com um grau bastante volumoso. Assim, quando Conceição Evaristo, apresenta uma narrativa com enfoque sobre o árduo papel da mãe-negra, enfocando uma gravidez proveniente de um estupro, ela denuncia uma barbaridade histórica que insiste em acompanhar a sina das mulheres, sobretudo as negras e nos leva ponderar sobre a existência das inúmeras natalinas que povoam o mundo real e sobre os muitos filhos gerados em contextos violentos, de dor e muito sofrimento.

Apesar do teor delatatório e de toda carga contestatória que Evaristo insere em seus textos, ela também propaga que a mulher, que a sociedade elegeu para retirar direitos, violentar, oprimir e lhe sequestrar a humanidade, também se descobriu forte e continuam a resistir e a lutar pela sobrevivência e por um mundo menos hostil e menos agressivo para com elas. Entretanto, convém marcamos que essa realidade imprime a necessidade de políticas públicas específicas para implementar ações que visem ao bem-estar e que corrijam essas assimetrias seculares que marcam a vida e corpo das mulheres negras. Iniciativas como acesso à escolarização com qualidade, mecanismo de promoção da saúde física e mental, ocupação profissional justa e com rendimentos que lhes garantam uma vida digna, longe de assédios e demais fatores opressivos, são algumas das estratégias que o Estado pode inserir para romper, de fato, com essa estrutura montada de negligência, de invisibilização dos sofrimentos, da devastação mental e das violações da dignidade das mulheres.

4 Considerações

O conto aqui proposto para análise abarca inúmeras possibilidades de leitura e enfoque das temáticas que abriga. Mas aqui, buscamos destacar, como a escritora Conceição Evaristo transpõe para a literatura diferentes contextos de violência a que está submetida sua protagonista, a exemplo a questão do abuso sexual, a maternidade indesejada, o aborto, as desigualdades e discriminações que acometem, em grande medida, as mulheres que habitam as periferias e as grandes favelas brasileiras. As análises aqui esboçadas apontam, que o conto “Quantos filhos Natalina teve?” é um texto que nos ajuda a refletir sobre a hostil realidade que atinge boa parte das mulheres da sociedade.

O conto retrata uma de muitas outras amargas vivências que a mulher negra enfrenta para sobreviver. Entretanto, acreditamos que intenção da escritora não é a de limitar essas mulheres a esse lugar social, como se suas vidas fossem unicamente e exclusivamente permeadas pela violência, à exploração ou a outro tipo de marginalidade. Mas sim, fazer uso da escrita para delatar a falta de espaços de convivências mais dignos e mais humanas para essas mulheres. Ao mesclar realidade e ficção, a autora delata as injustiças, expõe mazelas, abala discursos falaciosos de que vivemos em paraíso racial e instaurar novas maneiras de ver e perceber a realidade racista, machista e discriminatória que nos cerca.

5 Referência

CARNEIRO, Suely. *Mulheres em movimento. Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2021.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani São Paulo: Boi tempo Editorial, 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S.l.], n. 26, p. 13-71, jan. 2011.

_____. Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 44, p. 289-302, jul./dez. 2014.

DUARTE, Isabela. Empregadas domésticas negras no cenário da pandemia. *Revista da SJRJ*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 49, jul./out. 2020, p.75-92.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. Trad. Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DUARTE, E. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S. l.], n. 31, p. 11–23, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9430>. Acesso em: 11 jul. 2021.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

_____. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

SANTOS, Lígia Pereira dos. *Mulher e violência: histórias do corpo negado*. Campina Grande: EDUEP, 2008.

SILVA, Elen Karla Sousa da; CARDOSO, Sebastião Marques. *Conceição Evaristo: da mulher negra à escritora*. *Afro-Ásia*, n 59, p. 77-101. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/silva/AppData/Local/Temp/22702-127713-1-PB.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2021.

STOLL, Daniela Schrickte. Três formas de segregação urbana e racial em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. *estud. lit. bras. contemp.*, Brasília, n. 58, p. 01-11, 2019.

SOUZA, Forentina, LIMA, Maria Nazaré (org.) *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu* (16), pp.137-150.2001.